O BRASIL, AS GRANDES POTÊNCIAS E A DEFESA

João Estevam dos Santos Filho
Isaac Aron Costa Ferreira
Henrique Fernandes Muniz

INFORMES TEMÁTICOS 2020

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
EPPEN-Unifesp

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Nº 5
ANO 2020

Apresentação

O ***Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas*** (*ObDEF*) é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede *Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas*, coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que neste ano comemora 20 anos de atividades.

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "**Informes Temáticos**", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2020, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação abarca o período de sete dias de trabalho de redatores e redatoras (de sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "**Informes Temáticos**", tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como a grande imprensa constrói as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Na produção dos "Informes Temáticos", contamos com o trabalho sério e competente de docentes e discentes da EPPEN-Unifesp e da Unesp-Franca e de pesquisadoras, pós-graduandos e pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Unicamp.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" dos oito temas de maior destaque em 2020 na área de defesa e forças armadas: Ameaças à democracia; As forças armadas e a pandemia; As forças armadas e as queimadas na Amazônia; As forças armadas e a segurança pública; Documentos de defesa; Os militares no governo Bolsonaro; Orçamento e indústria de defesa; Relações com grandes potências

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas
Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (EPPEN-Unifesp)

Equipe Informe Brasil- 2020

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli

Redação

Davi Campos Matos
Gislaine Amaral Silva
Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira
Henrique Muniz Fernandes
Henrique Zavalski Mano
Jonas de Paula Vieira
Julia Ribeiro Dos Santos
Larissa Barroso Cangerana
Léa Briese Staschower
Lisa Stephane Sousa Barbosa
Leonardo Pontes Vinhó
Lucas Rizzati Iquegami

Créditos das imagens:

Capa e corpo do informe: Agência Brasil
Contracapa: Centro de Comunicação do Exército Brasileiro

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). SANTOS FILHO, J. E.; FERREIRA, I. A. C., MUNIZ, H. F. O Brasil, as grandes potências e a defesa. Informe Temático 2020. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2021.

O Brasil, as grandes potências e a defesa

João Estevam dos Santos Filho
Doutorando no PPGRI San Tiago Dantas
Isaac Aron Costa Ferreira
Graduando em RI, EPPEN-Unifesp
Henrique Fernandes Muniz
Graduando em RI, EPPEN-Unifesp

As relações entre o Brasil e as grandes potências mundiais possuem distinta relevância para a defesa nacional e foram amplamente abordadas pela mídia por meio de reportagens e colunas opinativas no ano de 2020, de forma geral caracterizadas pelo alinhamento com os Estados Unidos da América (EUA) e pela hostilidade com a China. Desde o âmbito econômico, com as discussões sobre a implementação do 5G no país, até o político, com as eleições americanas, uma série de eventos se relaciona, direta ou indiretamente, à defesa e às forças armadas. Desse modo, este informe descreve os principais acontecimentos de 2020 envolvendo as relações entre o Brasil e as grandes potências, especificamente EUA e China, analisa o tratamento dado pela imprensa a esse tema e, por último, tece uma análise crítica sobre as tendências gerais das relações entre o Brasil e esses dois países.

Tendências nas relações do Brasil com EUA e China

As relações Brasil-Estados Unidos

Ainda caracterizadas pelo forte alinhamento com os Estados Unidos implementado pelo governo de Jair Bolsonaro (2019 -), as relações Brasil-EUA na área de defesa em 2020 representaram uma continuidade do ano anterior, tendo como principal resultado a assinatura do Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E, na sigla em inglês). Apesar de a política de alinhamento automático ter sofrido certo estremecimento logo após a eleição de Joseph Biden para a Casa Branca, o governo brasileiro continua na busca de uma maior aproximação com os EUA, inclusive na área militar.

O RDT&E, um acordo de cooperação militar, foi assinado em março de 2020, sendo um dos últimos frutos da relação Trump-Bolsonaro e do alinhamento com a política internacional americana. As negociações, iniciadas no governo de Michel Temer (2016-2018), se aceleraram na atual gestão. O RDT&E visa ampliar a cooperação entre os países na área de Defesa e Segurança ao facilitar contratos e projetos da indústria de defesa dos dois países, abrindo a possibilidade de que empresas das duas nacionalidades sejam selecionadas para a consecução dos mesmos. O discurso apresentado pelo governo brasileiro foi o de que a indústria nacional de defesa seria beneficiada pelo acesso ao maior mercado de defesa no mundo. Além disso, a propriedade intelectual dos projetos seria compartilhada e o padrão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para desenvolver e produzir equipamentos militares passaria a ser adotado para todos os produtos desenvolvidos, permitindo um acesso maior ao

mercado de defesa dos países partícipes da organização. O acordo ainda precisa ser aprovado no Congresso dos dois países para ser efetivado.

Por sua vez, a eleição presidencial americana ocorrida no final de 2020 foi marcada pela polarização entre o candidato republicano Donald Trump, aliado de Bolsonaro, e o democrata Joseph Biden. Apoiado por grupos ambientalistas, defensores de direitos humanos, entre outros opostos às políticas trumpistas, o presidente eleito, Biden, foi visto inicialmente como uma ameaça por sua contraparte brasileira, principalmente no âmbito ambiental. Declarações do mandatário americano durante a campanha eleitoral sobre a possibilidade de impor sanções ao Brasil caso o governo brasileiro não agisse para frear o desmatamento e as queimadas na Amazônia levaram à reação do presidente Bolsonaro, segundo o qual "quando acaba a saliva, tem que ter pólvora", se referindo à impossibilidade, na visão dele, da diplomacia solucionar esse possível conflito. Militares repudiaram essa fala, ressaltando a incapacidade de reação das forças armadas brasileiras frente ao poderio americano. Ademais, sobre a possibilidade, aventada pelo atual presidente Biden, do governo americano doar US$ 20 bilhões para auxiliar no combate ao desmatamento na região amazônica, o presidente brasileiro declarou que a "soberania do Brasil é inegociável", por ter interpretado a proposta do americano como uma ameaça.

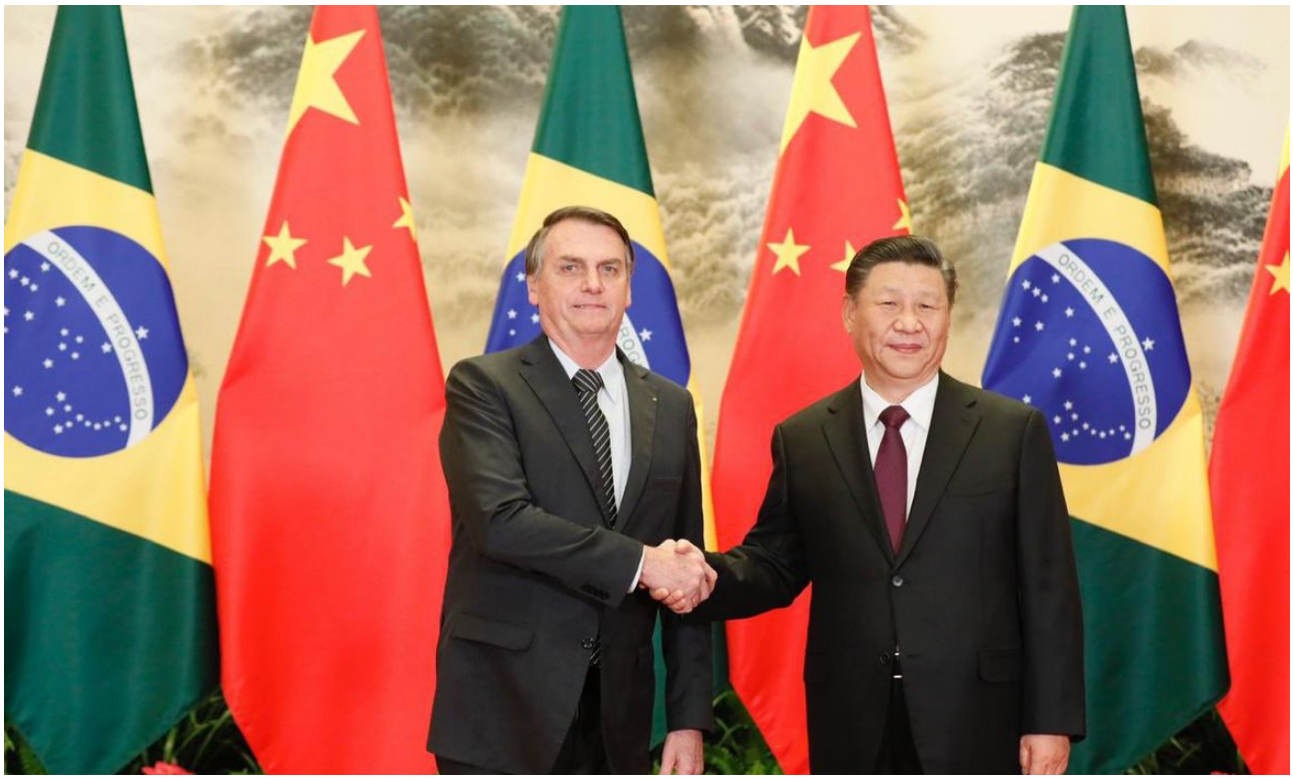
Além disso, o temor de que conquistas da aliança Trump-Bolsonaro fossem revertidas por seu sucessor acometeu membros do governo brasileiro, principalmente quanto ao recém-adquirido status de aliado preferencial extra-OTAN, designação que define um aliado estratégico dos EUA que esteja fora da OTAN. Além disso, com a perda do status, o Brasil também perderia o direito de comprar equipamentos militares com isenção de impostos, como determinado pela Lei de Exportação de Armas. Porém, por se tratar de um acordo entre Estados, a perda do título de aliado preferencial pelo Brasil se torna improvável.

Depois de alegar fraude na eleição presidencial americana, sem apresentar provas, e após ter sido o último líder do G20 a reconhecer a vitória de Biden, Bolsonaro sinalizou para a manutenção da parceria com o país norte-americano, o que foi confirmado tanto pelo Ministério de Relações Exteriores, representado pelo então chanceler Ernesto Araújo, quanto pelo Departamento de Estado dos EUA, na figura de Antony Blinken. Além disso, até o momento, poucos meses após o início do governo Biden, não houve nenhuma represália ao governo brasileiro. Desse modo, a situação atual parece indicar uma continuação da tendência iniciada na administração Trump de aproximação entre os dois países na área da defesa.

As relações Brasil-China

Caracterizadas pela hostilidade das autoridades brasileiras quanto à potência asiática, as relações entre Brasil e China passaram por uma deterioração na área de defesa em 2020, principalmente em dois aspectos: primeiro, nas tentativas do governo brasileiro de barrar a influência chinesa no país ao buscar cercear a participação da multinacional Huawei do processo de licitação para implementação da tecnologia 5G no Brasil; e segundo, ao retratar

a China como uma ameaça, o que foi deixado expresso no novo Plano Nacional de Defesa, promulgado em 2020.



A tecnologia 5G, a quinta geração de tecnologia padrão para redes de celular e de banda larga, começou a ser implementada ao redor do mundo em 2019. No Brasil, contudo, a empresa responsável pela implementação da tecnologia ainda está sendo decidida por meio de processo licitatório. Entre as principais competidoras pelo mercado brasileiro está a multinacional chinesa Huawei, fabricante de equipamentos de telecomunicações, responsável por cerca de 40% da infraestrutura de tecnologia 3G e 4G no Brasil. Porém, segundo o general Guido Amin Naves, comandante de Defesa Cibernética do Exército, a próxima geração da tecnologia carrega a possibilidade de roubo de informações pela empresa responsável por sua operação, podendo ser uma ameaça para a segurança cibernética nacional. Por conta disso, a Huawei foi acusada de espionagem nos Estados Unidos e foi banida da operação do 5G em quatro países: o próprio EUA, o Japão, a Austrália e Taiwan.

Além da possibilidade do roubo de dados, o 5G é de suma importância para a geopolítica contemporânea por estar no centro da disputa entre duas superpotências: os Estados Unidos e a China. Devido a isso, o conselheiro de Segurança dos Estados Unidos, Robert O'brien, se manifestou contra a contratação da multinacional chinesa no processo licitatório, alegando justamente a possibilidade de acesso às informações dos usuários por meio de um método chamado "backdoors", que fez parte do esforço estadunidense para advogar pelo banimento da mesma em países aliados, entre eles o Brasil. Em razão dos riscos à segurança e do alinhamento com os EUA, o governo brasileiro buscou formas de limitar, de maneira legal, a participação da Huawei na licitação. Uma das ideias aventadas foi estabelecer diretrizes de segurança cibernética para a construção da infraestrutura do 5G, a partir de requisitos na regulamentação de instrução normativa do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), chefiado pelo general Augusto Heleno, que se reuniu com o conselheiro americano anteriormente

citado. A manobra seria necessária para contornar a Lei de Licitações brasileira, a qual determina a livre concorrência entre empresas pela licitação.

Contudo, até o momento, nenhuma tentativa de afastamento da gigante de telecomunicações chinesa foi levada a cabo. Nesse contexto, o Brasil se encontra numa posição muito delicada por estar no epicentro do conflito entre duas grandes potências importantes para o país. Se por um lado a China é o maior parceiro comercial brasileiro, por outro os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial e o maior parceiro diplomático, pelo menos até o fim do governo Donald Trump. Portanto, a tendência é procurar um ponto de equilíbrio entre ambas superpotências, de modo a acomodar os seus interesses, já que as duas podem exercer forte pressão contra o governo brasileiro. Isso eleva a probabilidade de manutenção da Huawei na competição, pois seu banimento significaria severas represálias por parte da China, ao mesmo tempo em que contraria as pressões por parte dos EUA, o que poderia causar uma forte reação da potência americana.

Outro assunto que envolveu a China na pauta da defesa brasileira em 2020 foi a atualização do Plano Nacional de Defesa (PND), documento que define as possíveis ameaças externas, determina objetivos para a área da defesa e orienta as ações necessárias para a consecução dos mesmos. Em sua nova versão, o documento denota preocupação com a atuação de "atores exógenos" na América do Sul, nomeadamente a China. O gigante asiático já investiu US$ 180 bilhões (R$ 964 bilhões) em projetos de infraestrutura na região, além de ser o maior parceiro comercial de cinco países da América do Sul, tendo ultrapassado o Brasil como o maior parceiro da Argentina no ano passado, o que representa uma grande expansão da influência da superpotência no continente. A cautela com a influência chinesa também segue a lógica do atual governo brasileiro de enxergar a China mais como um potencial inimigo, desafiador da ordem ocidental estabelecida pelos Estados Unidos, apesar de sua importância estratégica para o país.

Por fim, outro evento que representa a visão do governo Bolsonaro sobre a China como ameaça à soberania nacional foi a classificação do país asiático como uma potência interessada nos recursos naturais e estratégicos da região amazônica pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), chefiado pelo vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. O documento definiu a China como uma das potências econômicas do mundo e reconheceu que sua política externa passou a ter influência sobre países ricos em recursos naturais. Também foram classificados como potenciais interessados na Amazônia a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos.

Entre elogios e críticas

De maneira geral, a análise do material publicado pelos jornais *Correio Brasiliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre as relações do Brasil com os EUA e com a China na área de defesa indica uma cobertura pontual, centrada em eventos como o acordo militar com os americanos e a tentativa de barrar a Huawei do leilão do 5G. Observa-se também que, quando tais temas apareciam nas discussões, a preocupação maior dos periódicos não foi tratar das relações com as grandes potências em perspectiva histórica, mas sim mostrar como elas estão inseridas nas dinâmicas internas do atual governo brasileiro, para onde o foco novamente se voltava. Ainda assim, de modo geral, percebe-se que as críticas levantadas pelos jornais

ressaltavam a tendência maniqueísta do governo de Jair Bolsonaro na visão relativa aos EUA (o "lado bom") e a China (o "lado mau").

Ao realizar-se um balanço comparativo sobre como a mídia retratou as relações entre o Brasil e os EUA em 2019 e 2020, parece haver nesse último ano uma crítica maior à fidelidade exacerbada do governo ultradireitista de Bolsonaro ao também radical Donald J. Trump. Entretanto, verifica-se também uma visão mais positiva por parte dos jornalistas com relação à aproximação com os EUA na indústria de defesa nacional, sendo as discussões a respeito do acordo militar (RDT&E) um bom exemplo.

Nesse sentido, os três jornais destacaram que o Brasil é o primeiro país do hemisfério sul a possuir esse tipo de acordo com os EUA, aventando significativos resultados positivos para o Brasil, caso obtenha o aval final do Congresso. Embora a Folha de S. Paulo tenha ressaltado que se trata de um acordo inédito, que se explorado poderá ajudar a abrir o maior mercado de defesa do mundo à indústria nacional, também reconheceu que é uma arma política de Bolsonaro, que buscará mostrar que o alinhamento automático com Trump está rendendo frutos, uma vez que sabe que sem acordos como este, o status de aliado preferencial extra-OTAN na prática não garante nada. O *Correio* evidenciou a possibilidade de acesso brasileiro a um fundo de financiamento para desenvolvimento de tecnologia de defesa que chega a US$100 bilhões, além de possibilitar ao Brasil o fornecimento de armas e sistemas para os americanos e seus aliados da OTAN. Já *O Estado de S. Paulo* ressaltou as oportunidades do acordo, não apenas para cooperação técnica e acesso a tecnologias, mas também como um passo adiante para que se estabeleça uma aliança comercial. Em editorial intitulado "Acordo promissor para o país", o *Estado* afirmou que o RDT&E projeta um estreitamento da cooperação entre Brasil e Estados Unidos no âmbito militar, abre perspectivas de avanço em negociações comerciais bilaterais em outras frentes e fortalece a posição regional do país. Adicionalmente, em coluna opinativa para o *Estado*, Marcelo Godoy afirmou que as relações militares Brasil-EUA sempre prezaram por aspectos técnicos e profissionais, uma relação que para ele costuma ser muito boa.

Leituras recomendadas

José León-Manríquez e Luis F. Alvarez

Mao's steps in Monroe's backyard: towards a United-States hegemonic struggle in Latin America?

Carlos Eduardo Vidigal

A reorientação da política exterior brasileira

João Estevam dos Santos Filho

A contraofensiva econômica dos EUA na América Latina

Gilberto Libânio

Mr. Bolsonaro e os chineses: uma sugestão de interpretação

No que tange à resposta de Bolsonaro a Biden, dizendo que a soberania brasileira é inegociável, o *Correio Braziliense* afirmou que frente às pressões internacionais pela preservação da Amazônia o presidente brasileiro se vitimiza e externaliza a culpa. O jornal publicou a opinião do brasilianista Peter Hakim, segundo o qual a fala é típica de Bolsonaro e, se colocada lado a lado dos encorajamentos ao desmatamento, a alegação "é uma fanfarronice". Além disso, o *Correio* destacou a avaliação de dois acadêmicos: Eduardo Viola, para o qual a fala não tem consequências práticas, mas mostra que o presidente segue

alinhado com Trump não aceitando a derrota; e Maristela Basso, que avaliou que a afirmação é péssima no âmbito da diplomacia e deixa o país em uma situação de isolamento e de declínio de diálogo. Já a *Folha de S. Paulo* deu voz a outros dois críticos do episódio: o senador Otto Alencar (PSD), que afirmou que o presidente criou atritos desnecessários e deve ficar ainda mais isolado internacionalmente; e o colunista Álvaro Costa e Silva, segundo o qual Bolsonaro, ao sugerir um possível conflito bélico entre os dois países, faz uma "bravata bélica". Dessa forma, apesar dos jornais elogiarem o acordo militar do Brasil com os EUA, demonstraram fortes reservas às declarações do presidente brasileiro em referência ao novo governo Biden.

Na relação do Brasil com a China, no ano de 2020, os periódicos analisados reforçaram as contradições entre declarações do Planalto e das "alas ideológicas" do governo frente à posição de importância do país asiático para o Brasil. Salvo algumas exceções, seguiu-se a lógica de contrapor afirmações agressivas com dados que mostravam o contrário. É interessante notar também que, dado o conteúdo dos eventos-chave que marcaram a relação com os chineses, os assuntos majoritariamente apareceram nos jornais associados aos EUA e à preocupação dos mesmos em conter seu declínio fazendo frente à presença da China em diferentes regiões do mundo.

Nos debates sobre a implementação do 5G no Brasil, o *Correio Braziliense* destacou dois posicionamentos: do general Guido Amin Naves, comandante de Defesa Cibernética do Exército, que afirmou que o risco de roubo de informações pode vir de qualquer empresa que for operar a nova rede de dados, independentemente do país de origem; e do sociólogo Paulo Delgado, para o qual os EUA buscam barrar a presença da Huawei pois apenas cinco empresas controlam integralmente a infraestrutura de 5G, e os americanos não saíram na frente dessa corrida tecnológica. *O Estado de S. Paulo* noticiou que a oposição a Robert O'Brien, conselheiro de segurança internacional dos EUA: se o Brasil escolher a empresa chinesa Huawei para implantação da tecnologia 5G no país, os dados do governo e de empresas brasileiras poderão ser "decifrados" pelos chineses.

Em reportagem mais extensa que as demais, a *Folha de S. Paulo* associou a mobilização do GSI, comandado pelo general Heleno, para afastar a Huawei do processo em questão com a pressão no governo brasileiro para que prevalecesse o apoio ao governo de Donald Trump. Assim, segundo o jornal, o Brasil pode seguir o caminho de países como a Suécia, que cedeu às pressões dos EUA e limitou a presença chinesa na área tecnológica. Como consequência, a implementação pode ser mais demorada e o preço dos serviços ficará mais caro para os consumidores, uma vez que a China possui no Brasil a maior parte da infraestrutura das redes de 3G e 4G, sendo necessária então uma completa substituição. Sobre as acusações de roubo de dados, a empresa asiática afirmou que de todas as acusações do mesmo tipo no mundo, não há prova concreta; e ressaltou que espera que todas as decisões do governo brasileiro sejam realizadas de maneira estritamente técnica, não discriminatória e em favor do livre mercado.

Sobre a possibilidade de tensões no continente sul-americano apontada no PND, o *Correio Braziliense* destacou a avaliação do professor Alcides Vaz, que afirmou que a expressão "atores exóticos" estaria relacionada com a crescente influência chinesa na região, bem como com a ajuda russa à Venezuela; já a *Folha* deu voz aos argumentos de militares americanos de que o país asiático passou a investir quase US$200 bilhões em projetos de infraestrutura e "abriu uma armadilha econômica para os empobrecidos países da América Latina". Quanto à inclusão da

China como potência interessada em recursos naturais pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, o *Estado* publicou a visão de Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima, segundo o qual trata-se de um exemplo de ação que isola o país globalmente, pois é pautada por "teorias da conspiração", já que a China tem grande importância para o país no mercado internacional.

Subserviência e hostilidade

Desde seu início, em 2019, o governo de Jair Bolsonaro tem baseado suas relações com as grandes potências em, por um lado, um alinhamento com os EUA, sobretudo durante a administração de Donald Trump e, por outro, uma campanha de hostilidade contra a China – nesse último caso, essa tendência tem sido intensificada desde 2020. Acompanhando as linhas gerais dessa política externa, essas tendências também têm sido aplicadas à área de defesa, sendo representadas por discursos, documentos e ações do governo federal, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa. Nesse sentido, enquanto a aproximação com os EUA tem sido traduzida em ações, como a assinatura do acordo militar RDT&E, a postura confrontacionista com a China é evidenciada por tensões relativas à instalação de tecnologia 5G da Huawei e pela abordagem disposta nos novos documentos de defesa.

Os desenvolvimentos nas relações entre Brasil e EUA seguiram a tendência verificada já em 2019 – e até mesmo na campanha presidencial estadunidense –, quando foram tomadas medidas de aproximação entre os dois governos na área militar, como foram os casos da assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e da classificação do Brasil como aliado preferencial extra-OTAN pelo governo Trump. Ao seu turno, o acordo RDT&E complementa esse quadro de alinhamento brasileiro aos EUA na área militar, dessa vez nos aspectos técnicos, inclusive para aumentar as parcerias comerciais e de investimento na área de defesa entre os dois países. Dessa forma, tanto o governo brasileiro quanto os meios de comunicação têm celebrado a assinatura desse acordo e a aproximação brasileira de modo mais geral na área de defesa com os EUA, pelas possibilidades de atrair investimentos estadunidenses para a base industrial de defesa do Brasil.

Entretanto, essa aproximação bilateral na área militar também pode resultar em efeitos deletérios para o Brasil. Em primeiro lugar, o estreitamento entre as indústrias de defesa pode aumentar a dependência do país frente aos EUA, principalmente em termos de investimentos, intensificando o processo de incorporação da base industrial de defesa brasileira às cadeias globais de valor de modo subordinado às decisões dos países centrais. Em segundo lugar, o alinhamento com os EUA pode impedir que o Brasil consiga diversificar o número de parceiros militares, o que pode até diminuir o número de compradores em potencial de equipamentos produzidos no país. Por fim, essa postura também tem contribuído para a consolidação da hegemonia norte-americana na região, com o abandono pelo Brasil da condução de um projeto minimamente autônomo, tanto em termos de economia política de defesa quanto na

estruturação de um sistema internacional multipolar. Dessa forma, a opção que a administração Bolsonaro tem escolhido é a de manter as relações de subordinação aos EUA, tornando-se aliado regional norte-americano.

Por outro lado, é interessante notar que, apesar dos constantes esforços do atual governo para promover maior interação entre os dois países na área de defesa, não tem havido mudanças substanciais em termos de ações efetivas tomadas pelos EUA para com o Brasil. Dessa forma, tanto os valores relativos à assistência de segurança dos EUA para o Brasil (por meio de programas do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa), quanto os relativos à importação de armamentos norte-americanos pelo país não apresentaram variações positivas, tendo acompanhado a tendência vista para toda a região da América Latina e Caribe. Dessa forma, ao menos no curto prazo, essa aproximação entre os dois países não apresentou resultados significativos nas relações militares entre os dois países. Por outro lado, em que pese as relações entre Bolsonaro e Joseph Biden tenham sido caracterizadas por um estremecimento inicial devido às críticas do governante estadunidense à política ambiental brasileira, a tendência de aproximação não foi abalada. Esse fato também reforça que o alinhamento aos EUA tem sido um projeto político do governo Bolsonaro que parece independer da alteração de administrações dos EUA.

Por sua vez, a hostilidade do governo Bolsonaro à China também pode ser considerada um reflexo da aproximação com os EUA. Nesse sentido, as relações que antes eram pautadas inclusive pela cooperação tecnológica – como foi o caso da elaboração do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres –, têm sido caracterizadas por um afastamento e até mesmo suspeita, como atestam, por um lado, a cautela do governo brasileiro em permitir que a tecnologia 5G seja implementada no Brasil pela Huawei e, por outro, pela nova postura do Ministério da Defesa diante da presença chinesa na América do Sul. Em ambos os casos, a atual administração posiciona-se de modo alinhado ao discurso norte-americano que, no caso da Huawei, ressalta a possibilidade de espionagem chinesa por meio dessa tecnologia. Apesar dessa retórica, a oposição estadunidense a esse projeto parece estar ligada mais ao crescimento dos investimentos chineses em infraestrutura de telecomunicações na América Latina, setor que tem contado com menos capitais norte-americanos. Essa preocupação pode ser vista no lançamento da mais recente iniciativa de investimentos privados no setor de infraestrutura da América Latina, o chamado "América Cresce".

A tônica do discurso presente nos novos documentos de defesa do governo Bolsonaro indica uma assimilação da postura norte-americana, principalmente exposta na estratégia do Comando Sul dos EUA, promulgada em 2019 (SOUTHCOM, na sigla em inglês). Tal documento cita a China e a Rússia como exemplos de "Estados malignos" que exercem influência perversa na região, ajudando a desestabilizar a segurança por meio do apoio a regimes como os da Venezuela, Cuba e Nicarágua (que ficaram conhecidos como "troika da tirania" no governo Trump). Dessa forma, tanto as tensões entre Brasil e China no caso da Huawei, quanto a posição dos documentos de defesa do governo Bolsonaro indicam um

alinhamento na postura brasileira com relação à China. Ao mesmo tempo, esse posicionamento pode gerar efeitos negativos ao Brasil, como retaliações em questões da área econômica, sobretudo a comercial – visto que o país asiático é o principal parceiro comercial e importante consumidor de produtos brasileiros.

GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

Nossos produtos

- Observatório de Política Exterior
- Observatório Sul-Americano de Defesa e FA
- Observatório de Conflitos
- Cenários Prospectivos
- ERIS – Defesa e Segurança Internacional
- ATLAS da Defesa Sul-Americana
- Rede Nacional de Estudos Estratégicos
- Dicionário de Segurança e Defesa

ObDEF- Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas

O ObDEF é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática